



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS**  
**CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE MIRACEMA DO TOCANTINS**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA**

**JAYNNE ADRIANO LOPES**

**DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO À FORMAÇÃO INTEGRAL: IMPACTOS DA**  
**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL SOBRE O CURRÍCULO E O TRABALHO**  
**DOCENTE (2014–2024)**

**MIRACEMA DO TOCANTINS, TO**

**2026**

**Jaynne Adriano Lopes**

**Da ampliação do tempo à formação integral: impactos da educação em tempo integral sobre o currículo e o trabalho docente (2014–2024)**

Artigo apresentado à Universidade Federal do Tocantins (UFT), Campus Universitário de Miracema para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeri Birck.

Miracema do Tocantins, TO

2026

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins**

---

L864d    Lopes, Jaynne Adriano.

Da ampliação do tempo à formação integral: impactos da educação em tempo integral sobre o currículo e o trabalho docente (2014-2024). / Jaynne Adriano Lopes. – Miracema, TO, 2026.  
28 f.

Artigo de Graduação - Universidade Federal do Tocantins –  
Câmpus Universitário de Miracema - Curso de Pedagogia, 2026.  
Orientadora : Rosemeri Birck

1. Educação em tempo integral. 2. Currículo. 3. Trabalho docente.  
4. Meta 6. I. Título

**CDD 370**

---

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

JAYNNE ADRIANO LOPES

DA AMPLIAÇÃO DO TEMPO À FORMAÇÃO INTEGRAL: IMPACTOS DA  
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL SOBRE O CURRÍCULO E O TRABALHO  
DOCENTE (2014–2024)

Artigo apresentado à UFT – Universidade Federal do Tocantins – Campus Universitário de Miracema do Tocantins, Curso de Pedagogia foi avaliado para a obtenção do título de licenciada e aprovada em sua forma final pela Orientadora e pela Banca Examinadora.

Data de aprovação: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeri Birck, Orientadora, UFT.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana dos Reis Martins, Examinadora, UFT.

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Plá Sandini, Examinadora, UFT.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por ter me dado saúde e força para chegar até aqui. Agradeço a minha Mãe Jane Adriana do Nascimento Lopes, ao meu Pai, Walter Oliveira Lopes, por todo suporte necessário para que eu pudesse me dedicar plenamente ao curso de licenciatura em Pedagogia. Agradeço ao meu noivo, Marcos Vinícius Oliveira da Silva, pela paciência e incentivo, e aos meus colegas de turma, que ao decorrer dessa trajetória, percorremos juntos, nos auxiliando mutuamente.

Quero também agradecer a minha orientadora Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rosemeri Birck pelas valiosas orientações nessa fase final, e agradecer também a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana dos Reis Martins e a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sabrina Plá Sandini, por participarem da banca e realizarem ponderações importantes à finalização da pesquisa.

## RESUMO

Este artigo tem como objetivo compreender as mudanças provocadas na oferta do ensino escolar a partir da implementação da educação em tempo integral, com base na produção acadêmico-científica brasileira publicada entre 2014 e 2024. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, utilizando como procedimento metodológico o Estado do Conhecimento, realizado a partir do Portal de Periódicos CAPES, com recorte temporal alinhado ao período de vigência do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024). Foram selecionados 11 artigos revisados por pares, organizados em quatro categorias de análise: currículo, trabalho docente, organização do espaço escolar e implementação da Meta 6 do PNE. Os resultados evidenciam que a simples ampliação da jornada escolar não é suficiente para garantir uma educação verdadeiramente integral, sendo necessárias transformações profundas na organização curricular, nas condições de trabalho docente e na infraestrutura escolar. A análise aponta, ainda, a recorrente distinção conceitual entre escola de tempo integral e educação integral como um dos principais alertas da literatura, sinalizando que a efetivação dessa política exige um currículo crítico e coletivamente construído, formação docente continuada e um projeto pedagógico comprometido com a formação humana em sua totalidade. Conclui-se que, quando acompanhada dessas condições, a escola de tempo integral pode, de fato, aproximar-se de uma proposta de educação integral de qualidade.

**Palavras-chave:** Educação em tempo integral. Currículo. Trabalho docente. PNE. Meta 6.

## ABSTRACT

This article aims to understand the changes brought about in the provision of school education following the implementation of full-time education, based on Brazilian academic-scientific production published between 2014 and 2024. The research adopts a qualitative and quantitative approach, using the State of Knowledge as its methodological procedure, conducted through the CAPES Journals Portal, with a time frame aligned with the validity period of the National Education Plan (PNE 2014–2024). Eleven peer-reviewed articles were selected and organized into four categories of analysis: curriculum, teaching work, organization of school space, and implementation of PNE Goal 6. The results show that the mere extension of the school day is not sufficient to guarantee a truly integral education, requiring profound transformations in curricular organization, teaching working conditions, and school infrastructure. The analysis also points to the recurring conceptual distinction between full-time school and integral education as one of the main warnings in the literature, signaling that the effective implementation of this policy requires a critical and collectively constructed curriculum, continuing teacher education, and a pedagogical project committed to human development in its entirety. It is concluded that, when accompanied by these conditions, the full-time school can, in fact, come closer to a genuine proposal for quality integral education.

**Keywords:** Full-time education. Curriculum. Teaching work. National Education Plan. Goal 6.

## SUMÁRIO

|            |                                                                                      |           |
|------------|--------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1</b>   | <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                               | <b>7</b>  |
| <b>2</b>   | <b>PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024: META 6 .....</b>                            | <b>10</b> |
| <b>2.1</b> | <b>Políticas Públicas De Educação Em Tempo Integral E A Organização Escolar.....</b> | <b>11</b> |
| <b>2.2</b> | <b>Currículo E Trabalho Docente Na Escola De Tempo Integral .....</b>                | <b>12</b> |
| <b>3</b>   | <b>ESTADO DO CONHECIMENTO: LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO .....</b>                       | <b>16</b> |
| <b>4</b>   | <b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS.....</b>                                            | <b>20</b> |
| <b>5</b>   | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                     | <b>24</b> |
|            | <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                             | <b>26</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

Entre as principais apostas das políticas educacionais brasileiras das últimas décadas, a educação em tempo integral ocupa lugar de destaque. Sua expansão foi impulsionada pelo Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024), especialmente na Meta 6, que estabelece objetivos quantitativos para a ampliação da oferta de educação em tempo integral nas escolas públicas brasileiras (BRASIL, 2014).

A criação de escolas de educação em tempo integral representa não apenas uma forma de ampliar o período de permanência do estudante na instituição, mas, sobretudo, uma iniciativa voltada à qualificação e ao aprofundamento do processo de ensino e aprendizagem. Sobre essa questão, a produção científica da área esclarece que:

As iniciativas de oferta de educação em tempo integral têm por objetivo aumentar o tempo de permanência do aluno na escola, possibilitando ganhos de aprendizagem e inserindo, em seus currículos, atividades lúdicas, culturais, esportivas, entre outras (FORTUNATI; SOUSA; VIDAL, 2020, p. 2).

Essa proposta não se limita ao aumento da jornada escolar, mas implica a reconfiguração das práticas pedagógicas e curriculares, visando a uma formação mais ampla e integral. No contexto das escolas públicas brasileiras, a adoção desse modelo representa um marco significativo nas políticas educacionais, pois envolve transformações estruturais, curriculares e organizacionais que impactam diretamente a oferta do ensino.

Este artigo constitui-se como um desdobramento da pesquisa desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), no período de 2024 e 2025, cujo objetivo foi identificar o processo de formação continuada de professoras que atuam na área de Artes em escolas de tempo integral pertencentes às redes municipais de ensino vinculadas à Regional de Educação de Miracema do Tocantins, durante a vigência do PNE (2014–2024).

Como desdobramento dessa investigação, submeteu-se novo plano de trabalho ao edital do PIBIC 2025-2026, para tratar do ensino escolar a partir da implementação da educação em tempo integral no Brasil, com ênfase nas transformações provocadas na organização curricular e no trabalho docente ao longo do período de vigência do PNE (2014–2024).

O objeto desse estudo delimitou-se à produção acadêmico-científica brasileira constante no Portal de Periódicos CAPES, sobre os impactos da implementação da

escola, de tempo integral, sobre o currículo escolar e a prática docente, ao longo dos dez anos de vigência do PNE (2014–2024).

Embora a expansão das escolas de tempo integral no Brasil seja expressiva, impulsionada tanto pela Meta 6 do PNE quanto pela Lei nº 14.640/2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, ainda é incipiente a sistematização do que a produção acadêmico-científica nacional tem discutido acerca dos impactos concretos desse modelo na organização curricular e no trabalho docente.

Essa lacuna evidencia a necessidade de mapear e analisar criticamente o que os estudos publicados revelam sobre as transformações pedagógicas e estruturais vivenciadas pelas escolas públicas no período de vigência do PNE. Compreender o que a produção científica sinaliza sobre essas mudanças é essencial para avaliar se os objetivos dessa política estão sendo efetivamente alcançados, bem como para subsidiar gestores e formuladores de políticas públicas na construção de práticas mais coerentes com os princípios da educação integral.

Diante desse contexto, a investigação se propõe a responder o seguinte problema de pesquisa: o que a produção acadêmico-científica brasileira, no período de 2014–2024, tem discutido acerca dos impactos da implementação da educação em tempo integral na organização curricular e no trabalho docente?

O objetivo geral deste artigo é compreender as mudanças provocadas na oferta do ensino a partir da transição para o modelo de educação em tempo integral, com base na produção acadêmica-científica brasileira publicada no período 2014-2024. Para alcançar esse propósito, a investigação orienta-se pelos seguintes objetivos específicos: 1) identificar nas produções científicas brasileiras as discussões acerca das mudanças curriculares e pedagógicas nas escolas de tempo integral no período de 2014 e 2024; 2) analisar os impactos da ampliação da jornada escolar sobre o currículo, trabalho docente, organização do espaço escolar, conforme apontado pelos estudos levantados; 3) compreender como a literatura científica caracteriza os desafios e avanços da implementação da educação em tempo integral no Brasil.

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e quantitativa, tendo como procedimento metodológico o Estado do Conhecimento, que consiste em um processo de levantamento, organização e análise da produção científica de uma área específica, delimitado a um determinado recorte temporal (MOROSINI; FERNANDES, 2014). Para buscar mais dados acerca da pesquisa optou-se pela construção de

Estado do Conhecimento a partir do Portal de Periódicos CAPES, com foco em artigos acadêmico-científicos.

A busca foi realizada com os seguintes descritores, combinados pelo operador booleano *AND*: "escola de tempo integral" *AND* "currículo"; "escola de tempo integral" *AND* "trabalho docente"; "educação em tempo integral" *AND* "organização escolar"; e "Meta 6 do PNE" *AND* "implementação". Foram adotados os filtros: artigos revisados por pares, textos em língua portuguesa, área de Ciências Humanas e período 2014 a 2024. O recorte temporal alinha-se aos dez anos de vigência do PNE, com foco na Meta 6.

Este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção trata do PNE (2014–2024), com foco na Meta 6 e suas estratégias. A terceira seção aborda as políticas públicas voltadas à educação em tempo integral e as transformações decorrentes de sua implementação na organização escolar. Na quarta seção, aprofundam-se os fundamentos legais, as concepções curriculares e os desafios de implementação desse modelo. Na quinta seção, apresentam-se a análise e a discussão dos dados levantados no estado de conhecimento, com a categorização dos artigos selecionados em eixos temáticos relacionados aos objetivos da pesquisa. E por fim, são apresentadas as considerações finais acerca dos principais achados do estudo.

## 2 PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO 2014-2024: META 6

A Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014–2024) é o principal dispositivo legal que orienta a expansão da escola de tempo integral no Brasil. De acordo com a legislação, o país deve "oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica" (BRASIL, 2014 p. 01). Para que essa meta seja efetiva, o documento dispõe de estratégias que vão além do simples aumento da carga horária, visando garantir uma formação que envolva o desenvolvimento social, cultural e emocional do aluno, e não apenas os conteúdos das disciplinas tradicionais.

O PNE 2014-2024 apresenta 20 metas para a educação brasileira, mas o foco deste estudo recai sobre a meta 6, que trata especificamente da ampliação da oferta da educação em tempo integral. Sobre essa meta, Coelho (2016, p. 103) afirma que: "Para ampliar a jornada escolar para o tempo integral nas escolas e com qualidade, é necessário um conjunto de medidas complementares que deveriam se relacionar com as demais metas propostas pelo referido Plano."

Para garantir a efetivação da meta 6, o PNE estabelece nove estratégias específicas. No contexto escolar, a proposta não se limita a ampliação da carga horária e ao aumento do tempo de permanência dos estudantes na escola, mas busca assegurar a qualidade na educação em tempo integral por meio de ações voltadas à infraestrutura, ao currículo e à organização pedagógica.

Para viabilizar o cumprimento da meta 6, o PNE estabelece nove estratégias que envolvem desde a ampliação da jornada escolar até ações relacionadas à infraestrutura, à inclusão, à diversidade cultural e à organização pedagógica das escolas.

Ao analisar as estratégias propostas para a Meta 6, observa-se que grande parte delas está diretamente relacionada às condições estruturais e organizacionais das escolas, evidenciando que a ampliação da jornada escolar, por si só, não garante a efetivação da educação integral.

Das nove estratégias, constatamos que pelo menos seis delas se referem a desafios relacionados à infraestrutura – construção, ampliação e reestruturação de escolas; à necessidade de compartilhamento de espaços para além do espaço escolar, além de parcerias e à ampliação da jornada dos professores em uma única instituição escolar (COELHO, 2016, p. 117).

Portanto, a ampliação da jornada escolar representa somente uma das condições necessárias para que a educação em tempo integral se efetive e alcance os estudantes com qualidade.

## **2.1 Políticas públicas de educação em tempo integral e a organização escolar**

Compreende-se que a ampliação do tempo escolar envolve muito mais do que estender a permanência do aluno na instituição, exigindo reorganização física, pedagógica e administrativa. A escola de tempo integral diz respeito ao tempo que o aluno permanecerá na escola, enquanto a educação integral refere-se à qualidade da formação que ele receberá durante essa ampliação da carga horária. “Essas experiências e concepções permitem afirmar que a Educação Integral se caracteriza pela pretensa ideia de uma formação ‘mais completa possível’ para o ser humano” (MOLL, 2008, p. 14).

A ampliação da jornada escolar, consolidado como diretriz pelas metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), busca oferecer uma formação mais completa aos estudantes, que envolve não apenas os conteúdos das disciplinas, mas também o desenvolvimento social, cultural e emocional.

No entanto, aumentar o tempo do aluno na escola não é suficiente para garantir uma educação integral e de qualidade. É preciso compreender de que forma as escolas estão se reorganizando para atender a essa proposta e como estão sendo feitas as mudanças nas práticas pedagógicas, no currículo, na gestão e na estrutura física. Nesse sentido, esta pesquisa justifica-se por analisar como a produção acadêmico-científica brasileira tem retratado essas transformações e os impactos gerados no trabalho docente e na organização curricular.

Do ponto de vista educacional, o estudo contribui para refletir sobre os avanços e desafios da política de educação em tempo integral, ajudando a identificar o que a literatura científica aponta como conquistas e o que ainda precisa ser aprimorado. Para gestores e formuladores de políticas públicas, a pesquisa pode servir como subsídio para práticas mais coerentes com os princípios da educação integral, fortalecendo o planejamento pedagógico e o trabalho coletivo nas escolas.

A partir do Projeto Político Pedagógico, construído coletivamente, que a escola pode orientar e articular as ações e atividades propostas na perspectiva da consecução da Educação Integral, baseada em princípios legais e valores sociais, referenciados nos desafios concretos da comunidade onde está inserida a escola (MOLL, 2008, p. 42).

A implementação das estratégias mencionadas acima depende de políticas públicas eficazes que viabilizem a ampliação do tempo escolar. É fundamental que a instituição conte com uma estrutura adequada que permita ao estudante desenvolver atividades diversas em espaços que estimulem seu crescimento integral.

O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Normativa Interministerial nº 17/2007, tem por objetivo fomentar a Educação Integral de crianças, adolescentes e jovens, por meio de atividades socioeducativas, no contraturno escolar, articuladas ao projeto de ensino desenvolvido pela escola (MOLL, 2008, p. 42).

Para atender a essa demanda, foi instituída a Lei nº 14.640/2023, que estabelece o Programa Escola em Tempo Integral, oferecendo o amparo necessário para as reformulações gerais e o suporte financeiro aos municípios visando à abertura de novas matrículas.

Esta política pública do Governo Federal do Brasil, instituída em 2023, visa expandir a oferta de educação em tempo integral no país. O objetivo é garantir aos estudantes mais tempo dedicado a atividades pedagógicas, culturais, esportivas e de desenvolvimento integral, com carga horária igual ou superior a 7 horas diárias ou 35 horas semanais. Assim, o programa atende as etapas da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio.

Essas escolas se estruturam para oferecer não apenas a ampliação do tempo escolar, mas também um currículo diferenciado e atividades multidisciplinares, como oficinas de arte, música, esportes, leitura e tecnologia. Além disso, a proposta prevê a necessidade de uma infraestrutura adequada, incluindo refeitórios, bibliotecas, quadras esportivas e espaços de convivência, para garantir um ambiente propício ao aprendizado e ao bem-estar.

## **2.2 Currículo e trabalho docente na escola de tempo integral**

A educação em tempo integral tem sido uma das principais estratégias do Estado brasileiro para a promoção de uma formação mais ampla e humanizadora dos estudantes. Conforme abordado nas seções anteriores, a Lei n.º 14.640/2023 e as diretrizes estabelecidas pela Meta 6 do PNE 2014–2024 constituem o arcabouço legal

e institucional que sustenta essa política, cuja implementação implica mudanças profundas na organização curricular e no trabalho docente.

A ampliação da jornada escolar exige, portanto, uma reorganização profunda da proposta pedagógica. Como afirma Martins (2019, p. 44-45), "[...] a educação integral tem como característica a ideia de formação que seja a mais completa possível para o ser humano, considerando-o como um ser multidimensional", o que torna indispensável a construção de um currículo reformulado, capaz de responder a esse projeto formativo mais amplo.

Com essa mudança na estrutura e na ampliação do tempo escolar, torna-se evidente a inadequação de manter a grade curricular inalterada, bem como de replicar práticas docentes tradicionais do ensino regular. Frente a esse cenário, faz-se necessária a construção de um currículo reformulado e integrado.

Quando se inicia a discussão sobre currículo, a primeira ideia que precisa ser questionada é a noção de neutralidade, pois, para Apple (2006), o currículo é um normatizador de práticas e conteúdos, imbuído das ideologias do contexto social, político e cultural.

O currículo escolar, principal instrumento de realização do processo educacional, como declara Palma Filho (2020, p. 9), "[...] é a expressão da função socializadora da escola". Além disso, o autor complementa que "[...] no currículo se entrecruzam componentes e determinações muito diversas: pedagógicas, políticas, práticas administrativas, produtivas de diversos materiais, de controle sobre o sistema escolar, de inovação pedagógica etc.". Neste sentido, na proposta curricular das escolas de tempo integral, espera-se que a formação do estudante seja o mote integrador desses elementos que compõem o currículo, permitindo que a formação e o desenvolvimento integral do estudante, propostos pela Lei nº 14.640/2023, possam, assim, ser efetivados.

O currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está implicado em relações de poder, o currículo transmite visões sociais particulares e interessadas, o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação (MOREIRA; SILVA, 1994, p. 07-08).

O currículo não é, portanto, uma listagem de conteúdos pretensamente neutros e universais, mas sim um repertório de diferentes culturas derivado de uma construção social. Nesse sentido, o papel que o educador desempenha constitui-se como um ato

político, consciente disso ou não (BIRCK, 2019). Assim, compreendendo o educador como um ser político, Apple (2006) afirma que este deve compreender o modo como os símbolos culturais estão de acordo com os tipos de consciência “exigidos” pela sociedade estratificada. Logo, para organizar o pensamento e a ação em torno da educação, é necessário pensá-la de forma estrutural.

Nas palavras de Jesus (2008, p. 2639), “[...] o currículo é um campo permeado de ideologia, cultura e relações de poder”. Essas conceituações colocam a comunidade acadêmica diante de uma pergunta fundamental: quem decide o que deve ser ensinado e com qual intenção? Não se trata apenas de escolher conteúdos, mas de propor visões de mundo que serão legitimadas dentro da escola.

A definição do que deve ser ensinado dentro da sala de aula não é uma escolha aleatória, mas sim o reflexo do que a sociedade considera essencial para a formação das novas gerações. Ao analisar essa organização, percebe-se que “[...] tanto a teoria educacional tradicional quanto a teoria crítica veem no currículo uma forma institucionalizada de transmitir a cultura de uma sociedade” (JESUS, 2008, p. 2639).

Isso significa que, independentemente da linha pedagógica seguida pela escola, o currículo sempre terá o papel de selecionar e transmitir valores, saberes e tradições que moldam o comportamento e o conhecimento dos alunos. Portanto, “[...] o currículo não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social” (MOREIRA; SILVA, 1994, p. 7-8).

Isso mostra que o currículo reflete disputas presentes na sociedade e, muitas vezes, reproduz desigualdades estruturais. Jesus (2008, p. 2641) afirma que “[...] um currículo não surge do nada, mas de uma necessidade social e principalmente econômica”. Reconhecer essa complexidade é fundamental para pensar uma educação comprometida com a formação crítica dos sujeitos e com a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Essa perspectiva amplia o entendimento da escola como espaço de formação integral, no qual se desenvolvem competências cognitivas, afetivas, sociais e éticas. No entanto, a viabilidade desse modelo requer condições estruturais, curriculares e pedagógicas que garantam a efetividade da proposta, especialmente frente à diversidade sociocultural característica presente nas escolas públicas brasileiras.

As mudanças provocadas pela implementação da escola em tempo integral exigem uma nova postura dos educadores. Conforme Birck (2019), o ato de educar é essencialmente político e implica reconhecer o papel do professor como mediador de

saberes e agente de transformação social. Assim, a ampliação do tempo escolar só alcança seus objetivos quando acompanhada de práticas pedagógicas inovadoras e de uma formação docente crítica e humanizadora.

As escolas em tempo integral demandam profissionais preparados para desenvolver metodologias interdisciplinares, capazes de articular as dimensões cognitivas, estéticas e sociais do processo educativo. Todavia, a materialização dessa exigência e a própria efetivação da escola em tempo integral ainda enfrentam diversos desafios, sobretudo no que se refere à adequação da infraestrutura, à reorganização curricular e à valorização docente. Nessa perspectiva, Fortunati, Sousa e Vidal (2020) destacam que, apesar dos avanços na ampliação da jornada escolar, persistem desigualdades regionais que limitam o alcance dessa política.

Assim, a pesquisa sobre a oferta do ensino escolar em tempo integral no Brasil permite refletir sobre as transformações pedagógicas, curriculares e estruturais identificadas na produção acadêmico-científica, bem como identificar os avanços e desafios apontados pelos estudos quanto aos impactos dessa política na qualidade da educação.

### 3 ESTADO DO CONHECIMENTO: LEVANTAMENTO E MAPEAMENTO

Para o mapeamento, a busca no Portal de Periódicos CAPES empregou as seguintes palavras-chave combinadas pelo operador booleano *AND*: “escola de tempo integral” *AND* “currículo”; “escola de tempo integral” *AND* “trabalho docente”; “educação em tempo integral” *AND* “organização escolar” e “Meta 6 do PNE” *AND* “implementação”. Para refinar a busca, foram utilizados os seguintes filtros: artigos “revisados por pares”, textos em “português”, área de “Ciências Humanas” e período “2014 a 2024”.

Na primeira etapa, denominada Busca A, empregaram-se os descritores “escola de tempo integral” *AND* “currículo”, resultando na identificação de 105 textos. Ao refinar a busca, considerando os filtros mencionados anteriormente, foram identificados 29 trabalhos, dos quais realizou-se a leitura dos títulos e das palavras-chave, o que resultou na seleção de cinco textos para a leitura do resumo. Após esse exame, foram selecionados quatro artigos para leitura integral e aprofundada.

Quadro 1 – Síntese do levantamento bibliográfico do Portal de Periódicos CAPES - Busca A

| Palavras-Chave                                                                | Refinamento                                                                 | Nº de textos | Resultados                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|-------------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|--------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| “educação em tempo integral”<br><i>AND</i><br>“organização do espaço escolar” | Artigos, língua portuguesa, revisado por pares, ciências humanas, 2014-2024 | 4            | <p>1. Escola em tempo integral, perspectiva crítica de currículo e finalidade social da educação básica (CABREIRA; ZANON, 2022).</p> <p>2. Escola de Tempo Integral no Estado de São Paulo e a questão curricular (CAÇÃO, 2017).</p> <p>3. Tempo e espaço na escola de tempo integral: da escola do acolhimento à escola do conhecimento (PINHO; SILVA; SANTOS, 2018).</p> |

|  |  |  |                                                                                                                           |
|--|--|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |  |  | 4. Escolas em tempo integral: características de uma escola agrícola de ensino fundamental (VOIGT; HULLER; MUNHOZ, 2021). |
|--|--|--|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Na segunda etapa, denominada Busca B, empregaram-se os descritores “escola de tempo integral” AND “trabalho docente”, resultando na identificação de 82 textos. Ao refinar a busca considerando os filtros aplicados anteriormente, identificaram-se 23 artigos. Após a leitura dos títulos e das palavras-chave, selecionaram-se seis trabalhos para a leitura do resumo. Desse total, quatro artigos foram selecionados para leitura integral e aprofundada.

Quadro 2 – Síntese do levantamento bibliográfico do Portal de Periódicos CAPES - Busca B

| <b>Palavras-Chave</b>                             | <b>Refinamento</b>                                                          | <b>Nº de textos</b> | <b>Resultados</b>                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                 |
|---------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| “escola de tempo integral” AND “trabalho docente” | Artigos, língua portuguesa, revisado por pares, ciências humanas, 2014-2024 | 4                   | <p>5. Prática Pedagógica em Educação Física para a Educação Integral em Tempo Integral (BALBINO; Urt, 2018).</p> <p>6. Desafios para o Fomento da Educação Integral: Experiências Desenvolvidas por Cidades Fluminenses (RESENDE; HILÁRIO; NASCIMENTO, 2020).</p> <p>7. Escola de Tempo Integral e Formação Docente: O que Pensam os Sujeitos sobre essa Experiência (ALMEIDA; MORAES, 2020).</p> |

|  |  |  |                                                                                           |
|--|--|--|-------------------------------------------------------------------------------------------|
|  |  |  | 8. O Trabalho Docente no Contexto das Escolas Cidadãs da Paraíba (SILVA; OLIVEIRA, 2023). |
|--|--|--|-------------------------------------------------------------------------------------------|

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Na terceira etapa, denominada Busca C, empregaram-se os descritores “educação em tempo integral” *AND* “organização do espaço escolar”, resultando na identificação de 27 textos. Ao refinar a busca considerando os filtros aplicados anteriormente, identificaram-se 12 artigos. Após a leitura dos títulos e das palavras-chave, selecionaram-se dois trabalhos para a análise do resumo. Desse total, esses dois artigos foram selecionados para a leitura integral e aprofundada.

Quadro 3 – Síntese do levantamento bibliográfico do Portal de Periódicos CAPES - Busca C

| <b>Palavras-Chave</b>                                                  | <b>Refinamento</b>                                                          | <b>Nº de textos</b> | <b>Resultados</b>                                                                                                                                                                                                               |
|------------------------------------------------------------------------|-----------------------------------------------------------------------------|---------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| “educação em tempo integral”<br>AND<br>“organização do espaço escolar” | Artigos, língua portuguesa, revisado por pares, ciências humanas, 2014-2024 | 2                   | 9. A Ampliação do Tempo Escolar nas Escolas Públicas (JESUS; BORGES, 2016).<br><br>10. Políticas Públicas Municipais de Educação Integral e(m) Tempo Ampliado: quando a escola faz a diferença (COELHO; MARQUES; BRANCO, 2014). |

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

Na última busca, denominada Busca D, o emprego dos descritores “Meta 6 do PNE” *AND* “implementação”, resultou na identificação de cinco textos. Ao refinar a busca considerando os filtros aplicados anteriormente, identificou-se um artigo. Após a leitura do título e das palavras-chave, selecionou-se esse trabalho para a análise do resumo e, conseqüentemente, ele foi mantido para a leitura integral e aprofundada.

Quadro 4 – Síntese do levantamento bibliográfico do Portal de Periódicos CAPES - Busca D

| <b>Palavras<br/>-Chave</b>                       | <b>Refinamento</b>                                                                          | <b>Nº de<br/>textos</b> | <b>Resultados</b>                                                                                    |
|--------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| “Meta 6<br>do PNE”<br>AND<br>“impleme<br>ntação” | Artigos, língua<br>portuguesa,<br>revisado por<br>pares, ciências<br>humanas, 2014-<br>2024 | 1                       | 11. Educação em Tempo Integral nos<br>Planos Municipais de Educação de São<br>Paulo (PARENTE, 2018). |

Fonte: Elaborado pela autora (2026).

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS DADOS

Ao finalizar a etapa de buscas no Portal de Periódicos CAPES para a elaboração do Estado do Conhecimento, foram selecionados 11 trabalhos para leitura na íntegra. A análise do material resultou na organização das seguintes categorias: Currículo (quatro artigos), Trabalho Docente (quatro artigos), Organização do Espaço Escolar (dois artigos) e, por fim, Meta 6 do PNE e sua implementação (um artigo). Quanto à natureza da investigação científica, observam-se diferentes métodos: análise documental; revisão bibliográfica, pesquisa qualitativa e estudo de caso.

Apesar de serem pesquisas provenientes de contextos diferentes, elas possuem pontos em comum, tais como: a necessidade de reorganização curricular; formação integral como finalidade central; impactos no trabalho docente e as críticas ao caráter assistencialista das políticas de tempo integral. De modo geral, as pesquisas convergem para a ideia de que a escola em tempo integral só se efetiva como educação integral quando há transformação curricular, valorização docente, reorganização dos espaços e compromisso com uma formação humana ampla e crítica.

A análise dos objetivos desses artigos permitiu identificar os quatro eixos temáticos, relacionados ao quadro anterior, que orientam as discussões sobre a escola de educação em tempo integral: currículo, trabalho docente, organização do espaço escolar e implementação da Meta 6 do PNE.

No eixo curricular, os estudos voltaram-se para as implicações entre as perspectivas críticas de currículo e a educação integral, discutindo o projeto político-pedagógico, as dimensões do tempo e do espaço, e as características curriculares de experiências concretas em diferentes contextos regionais.

No que se refere ao trabalho docente, as pesquisas investigaram como professores e gestores percebem sua prática nesse modelo escolar, destacando os desafios da organização da rotina, as condições de formação continuada e os impactos do regime de dedicação integral sobre a profissionalidade docente. Os resultados evidenciam tensões entre o que é proposto pelas políticas e as condições reais de trabalho.

No eixo da organização do espaço escolar, os artigos apontam que a reorganização do espaço físico é condição indispensável para a efetivação da

educação em tempo integral, analisando experiências de ampliação da jornada escolar e sua relação com as orientações de organismos multilaterais.

Por fim, o eixo sobre a implementação da Meta 6 do PNE foi abordado a partir das estratégias adotadas pelos municípios para ampliar as matrículas em tempo integral, sinalizando avanços quantitativos, mas também persistentes desafios estruturais e pedagógicos na tradução dessa meta para a realidade local.

Um dos pontos mais citados entre os artigos analisados refere-se à distinção conceitual entre escola de tempo integral e educação integral. Essa diferenciação revela um problema estrutural que atravessa as políticas educacionais brasileiras e incide diretamente sobre a qualidade do ensino ofertado. Cabreira e Zanon (2022) apontam que ideias simplistas levam à crença equivocada de que basta criar a escola de tempo integral para que se alcance a educação integral, resultando em uma ênfase muito maior na quantidade do que na qualidade. Um dos artigos demonstrou que:

não é pelo fato de se propor um currículo integrado ou jornada ampliada que se constrói, de fato, um currículo que propicie uma educação integral, uma formação multidimensional, considerando a totalidade dos aspectos relacionados ao desenvolvimento do educando para a sociedade (CAÇÃO, 2017, p. 488).

Pinho, Silva e Santos (2018, p. 34), ao discutirem a implementação da educação em tempo integral nas escolas estaduais do Tocantins, afirmam que "[...] o aumento da carga horária na Escola em Tempo Integral e, portanto, do tempo, implica construir novas concepções curriculares, novas práticas pedagógicas e onde o ato educativo ressignifique, nos sujeitos, novas percepções de mundo". Nesse sentido, os autores alertam para o risco de a escola se limitar ao acolhimento social em prejuízo da construção do conhecimento.

A relação entre tempo escolar ampliado e qualidade educacional também se faz presente nas políticas públicas. Parente (2018), ao analisar os Planos Municipais de Educação do estado de São Paulo, constatou que, embora 76% dos municípios pesquisados tivessem alcançado as metas quantitativas do PNE, persiste a fragilidade da dependência de programas federais. Segundo a autora, "[...] sem uma política de Estado efetiva na área, não será possível manter as matrículas em tempo integral e a fragilidade dos municípios poderá ser grande em relação a possíveis descontinuidades de programas federais" (PARENTE, 2018, p. 237).

Jesus e Borges (2016) acrescentam uma dimensão crítica importante ao argumentarem que, na perspectiva neoliberal, "a escola de tempo integral e a

educação integral [...] podem servir para atender ao chamado preconizado por essas organizações no que concerne ao seu objetivo principal: alívio e combate à pobreza. Ou seja, a aprendizagem fica restrita ao mínimo" (JESUS; BORGES, 2016, p. 6).

Esse cenário contrasta com a experiência bem-sucedida relatada por Coelho, Marques e Branco (2014) nos municípios de Juiz de Fora/MG e Porecatu/PR, onde a reorganização dos espaços físicos, a formação continuada dos professores e a autonomia pedagógica das escolas resultaram em avanços concretos de aprendizagem, tais como o crescimento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) de 4,3 para 5,1 em Porecatu entre 2005 e 2007. Essa experiência positiva, no entanto, só reforça o argumento de que os resultados dependem de condições institucionais que precisam ser ativamente construídas.

No campo do trabalho docente, os achados são reveladores. Resende, Hilário e Nascimento (2020, p. 13), em pesquisa realizada no estado do Rio de Janeiro, identificaram que 78% dos professores entrevistados desconheciam a proposta da escola de tempo integral, e que, 85% desse total percebiam que a escola atuava, na prática, essencialmente como proteção social. Esses dados dialogam com o que Balbino e Urt (2018) observaram em Campo Grande (MS): mesmo diante do comprometimento individual dos docentes, a conexão entre o núcleo integrador e as atividades complementares permanece pouco sistematizada, o que evidencia fragilidades na construção de uma concepção integrada de educação integral pelos sistemas de gestão escolar.

As autoras Almeida e Moraes (2020, p. 596) apontam que "[...] para atuação nas escolas de tempo integral, é necessário um novo professor, uma nova formação, além de uma nova organização do seu trabalho, do seu tempo, do planejamento". Contudo, a formação continuada, embora prevista nos documentos escolares, não se efetiva como necessidade específica do tempo integral. Silva e Oliveira (2023, p. 121), ao analisarem as Escolas Cidadãs Integrais da Paraíba, acrescentam que a lógica gerencialista aprofunda ainda mais esse quadro, uma vez que "[...] a maioria dos docentes extrapola a carga horária de trabalho", além de instituir mecanismos de responsabilização atrelados ao desempenho em exames.

A ideia de uma formação humana integral acabou se confundindo com a perspectiva de uma formação em tempo integral com reforço das disciplinas que são avaliadas nos exames, no entanto, a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola não é garantia de uma formação humana integral (SILVA; OLIVERIA, 2023, p. 116).

O conjunto dos estudos aponta que a efetivação da educação integral em tempo integral exige condições que vão muito além da ampliação da jornada, requerendo uma proposta curricular crítica e coletivamente construída. Como demonstra, em contraponto positivo, a experiência da escola agrícola de Joinville (SC):

[...] as políticas públicas e curriculares podem fomentar a construção de currículos diferenciados, voltados para escolas de tempo integral, sem reproduzir o modelo da escola convencional, apenas acrescido de tempos desordenados e sem articulação (VOIGT, HULLER E MUNHOZ, 2021, p. 17).

A ausência de qualquer uma dessas dimensões tende a distanciar a escola do verdadeiro objetivo estipulado na Meta 6 do PNE, pela qual a educação em tempo integral é concebida como formação integral, embora, na prática, muitas vezes seja associada ao acolhimento social.

Em suma, o mapeamento realizado demonstra que o Estado do Conhecimento sobre a educação em tempo integral no Brasil apresenta uma persistente distância entre as diretrizes legais e a realidade concreta. Os achados indicam que a expansão das matrículas, motivada pelas metas do PNE, caminha sob currículos desarticulados, infraestruturas físicas precárias e uma intensa sobrecarga que prejudica o trabalho docente.

Longe de ser um mero problema de extensão do tempo escolar, esse modelo precisa superar o modelo assistencialista de contenção da pobreza e a racionalidade gerencialista de cobrança por exames. Portanto, a transição de uma escola de tempo integral para uma efetiva educação integral requer a institucionalização de políticas de Estado que garantam financiamento, formação continuada e, acima de tudo, a centralidade das condições de trabalho e aprendizagem nos diferentes sistemas de ensino.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A construção deste artigo possibilitou compreender o que a produção acadêmico-científica brasileira tem revelado acerca dos impactos da implementação da escola de educação em tempo integral sobre o currículo escolar e o trabalho docente, ao longo dos dez anos de vigência do Plano Nacional de Educação (2014–2024). Por meio do Estado do Conhecimento, foi possível não apenas mapear o que se tem produzido sobre o tema, mas também identificar lacunas, contradições e avanços que a literatura científica aponta sobre essa política educacional.

A pesquisa partiu de um objeto delimitado: a produção científica disponível no Portal de Periódicos CAPES, entre 2014 e 2024, sobre os efeitos da transição para o modelo de tempo integral na organização curricular e na prática docente. Esse recorte revelou-se necessário, pois, embora a expansão das escolas de tempo integral tenha avançado expressivamente no período, ainda há escassez de estudos que sistematizem de maneira crítica o que essa política tem gerado no cotidiano das escolas públicas brasileiras.

Uma das contribuições mais significativas deste trabalho foi evidenciar que a simples ampliação da jornada escolar não é suficiente para garantir uma educação verdadeiramente integral. Os estudos analisados apontam que essa proposta exige transformações profundas, tais como um currículo crítico e coletivamente construído, condições estruturais adequadas, a valorização docente e um projeto pedagógico comprometido com a formação humana em sua totalidade. A recorrente distinção entre escola de tempo integral e educação integral, identificada nos artigos levantados, constitui um alerta importante para gestores, formuladores de políticas públicas e educadores.

No que diz respeito ao currículo, os achados reforçam que a ampliação do tempo escolar demanda uma reorganização que rompa com a lógica da escola tradicional, integrando dimensões cognitivas, sociais, culturais e afetivas. Quando isso não ocorre, o tempo ampliado converte-se em mera extensão da rotina convencional, sem agregar qualidade à formação do aluno. Em relação ao trabalho docente, os artigos apontam que, em muitos casos, os professores desconhecem os fundamentos da proposta pedagógica, a formação continuada específica para esse modelo ainda é insuficiente e a sobrecarga de trabalho compromete a qualidade das práticas educativas.

Entretanto os dados levantados revelam que os avanços são plenamente possíveis. As experiências bem-sucedidas identificadas em diferentes municípios brasileiros demonstram que, quando há reorganização do espaço físico, investimento em formação docente e garantia da autonomia pedagógica, a escola de tempo integral pode, de fato, consolidar-se como uma proposta de educação integral de qualidade, servindo como referência concreta para orientar novas iniciativas e políticas públicas no país.

Por fim, cabe destacar que o desafio de efetivação da educação em tempo integral, discutido ao longo deste trabalho, permanece atual mesmo após o encerramento da vigência do PNE 2014-2024. O novo Plano Nacional de Educação, sancionado em 14 de abril de 2026 para os próximos dez anos 2026-2036, amplia significativamente a Meta 6, estabelecendo:

Garantir a oferta de matrículas em tempo integral, na perspectiva da educação integral, com jornada mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, preferencialmente em turno único, em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 35% (trinta e cinco por cento) dos estudantes da educação básica até o quinto ano de vigência deste PNE, e em, no mínimo, 65% (sessenta e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) dos estudantes da educação básica até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2026, p. 1)

Esse movimento de ampliação da meta numérica, contudo, não resolve por si só as tensões conceituais apontadas neste trabalho entre a mera extensão da jornada escolar e a efetiva construção de uma educação integral, o que reforça a relevância de pesquisas futuras sobre a implementação dessa política.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Erika Christianne Sousa Pereira de; MORAES, Lélia Cristina Silveira de. Escola de Tempo Integral e Formação Docente: O que Pensam os Sujeitos sobre essa Experiência. **Revista Práxis Educacional**, v. 16, n. 37, p. 591-610, Edição Especial, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W3048813823>. Acesso em: 11 maio 2026.
- APPLE, Michael W. **Ideologia e Currículo**. Trad. Vinícius Figueira. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BALBINO, S. I.; URT, S. C. Prática Pedagógica em Educação Física para a Educação Integral em Tempo Integral. **Pensar a Prática**, Goiânia, v. 21, n. 4, p. 775-785, 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W2906971516>. Acesso em: 11 maio 2026.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015, p.1-86. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm) Acesso em: 02 fev. 2026.
- BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 1, 15 abr. 2026. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2026/lei/l15388.htm). Acesso em: 27 jun. 2026.
- BIRCK, Rosemeri. **Arte como conhecimento no Curso de Pedagogia**: ensino, formação e humanização. Tese (Doutorado Dinter em Artes) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes e Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Artes, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1268>. Acesso em: 15 abr. 2026.
- CABREIRA, Jamile; ZANON, Lenir Basso. Escola em tempo integral, perspectiva crítica de currículo e finalidade social da educação básica. **Revista Insignare Scientia**, v. 5, n. 1, p. 46-67, jan./abr. 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W4286603386> . Acesso em: 11 maio 2026.
- CAÇÃO, Maria Izaura. **Escola de Tempo Integral no Estado de São Paulo e a questão curricular**. Ensino Em Re-Vista, Uberlândia, MG, v. 24, n. 02, p. 471-496, jul./dez. 2017. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W2609441330>. Acesso em: 11 maio 2026.
- COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa; MARQUES, Luciana Pacheco; BRANCO, Verônica. **Políticas públicas municipais de educação integral e(m) tempo ampliado**: quando a escola faz a diferença. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 355-378, abr./jun. 2014. Disponível

em:

<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W2034959901>. Acesso em: 11 maio 2026.

COELHO, Lígia Martha C. da Costa. Plano Nacional de Educação 2014-2024 – meta 06: estratégias para qual tempo e para qual projeto de sociedade? **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 33, p. 102–118, 2016. Disponível

em:<https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/2433/1274> Acesso em: 04 fev. 2026.

FORTUNATI, Keifer; SOUSA, Ruani Cordeiro de; VIDAL, Eloisa Maia. A meta 6 do Plano Nacional de Educação (2014 - 2024) na rede municipal de Fortaleza.

**Horizontes**, Itatiba, SP: Universidade São Francisco, 2020. p. 1-25. Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/1272/638>. Acesso em: 03 fev. 2026.

JESUS, Angelica Candida de; BORGES, Walquíria Silva Carvalho. A ampliação do tempo escolar nas escolas públicas. **Itinerarius Reflectionis**, UFG – Regional Jataí, v. 12, n. 1, 2016. Disponível em:

<https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W2594935746> . Acesso em: 12 maio 2026.

JESUS, Adriana Regina de. **Currículo e educação**: conceito e questões no contexto educacional. Congresso Nacional de Educação, v. 8. 2008. p. 2638–2651.

Disponível em:

[https://lagarto.ufs.br/uploads/content\\_attach/path/11339/curriculo\\_e\\_educacao\\_0.pdf](https://lagarto.ufs.br/uploads/content_attach/path/11339/curriculo_e_educacao_0.pdf) Acesso em: 20 fev. 2026.

MARTINS, Adriana dos Reis. **Currículo de arte na educação de tempo integral de uma escola de Palmas/TO**: uma percepção institucional e dos professores. 2019. 176 f. Tese (Doutorado Dinter em Artes) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Artes; Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Artes, São Paulo, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/1258/1/Adriana%20dos%20Reis%20Martins%20-%20Tese.pdf> Acesso em: 03 fev. 2026.

MOLL, Jaqueline (Org.). **Educação integral**: texto referência para o debate nacional. Brasília: MEC; SECAD, 2008. Disponível em:

[https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/153517/mod\\_resource/content/0/modulo-geral/Caderno-fundamentos\\_EII\\_-\\_SECAD-MEC.pdf](https://grupos.moodle.ufsc.br/pluginfile.php/153517/mod_resource/content/0/modulo-geral/Caderno-fundamentos_EII_-_SECAD-MEC.pdf) Acesso em: 25 fev. 2026.

MOROSINI, Marília; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. **Estado do conhecimento**: conceitos, finalidades e interlocuções. Educação por Escrito, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, jul./dez. 2014.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e Teoria Crítica do Currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1994. p. 7-35. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/718503823/MOREIRA->

A-F-B-SILVA-T-T-Sociologia-e-Teoria-Critica-do-Curriculo-uma-Introducao Acesso em: 25 fev. 2026.

PALMA FILHO, João Cardoso. **Currículo Escolar**: implicações políticas e ideológicas na seleção dos conteúdos. Curitiba: CRV, 2020.

PARENTE, Cláudia da Mota Darós. **Educação em Tempo Integral nos Planos Municipais de Educação de São Paulo**. *Cadernos de Pesquisa*, São Luís, v. 25, n. 3, p. 223-241, jul./set. 2018. Disponível em: <https://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/9960/5853> Acesso em: 12 maio 2026.

PINHO, Maria José de; SILVA, Clebson Gomes da; SANTOS, Joana D'Arc Alves. Tempo e espaço na escola de tempo integral: da escola do acolhimento à escola do conhecimento. **Cadernos de Pesquisa em Educação – PPGE/UFES**, Vitória, ES, a. 15, v. 20, n. 48, p. 30-47, jul./dez. 2018. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W29633385558> . Acesso em: 11 maio 2026.

RESENDE, Ana Caroline Ramos; HILÁRIO, Fabiana Sales da Silva; NASCIMENTO, Dandara Lorrayne do. Desafios para o fomento da Educação Integral: experiências desenvolvidas por cidades fluminenses. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 11, e36591110074, 2020. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W3098957171> Acesso em: 11 maio 2026.

SILVA, Hedgard Rodrigues da; OLIVEIRA, Dalila Andrade. O Trabalho Docente no Contexto das Escolas Cidadãs da Paraíba. **Revista da FAEEBA: Educação e Contemporaneidade**, Salvador, v. 32, n. 70, p. 109-128, abr./jun. 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W4365503211>. Acesso em: 11 maio 2026.

VOIGT, Jane Mery Richter; HULLER, Carlos; MUNHOZ, Elzira Maria Bagatin. Escolas em tempo integral: características de uma escola agrícola de ensino fundamental. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 27, p. 1-20, 2021. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscador.html?task=detalhes&source=all&id=W3174658047> . Acesso em: 11 maio 2026.